MONÇÕES
Revista de Relações Internacionais da UFGD
ISSN 2316-8323

A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA E A COOPERAÇÃO SUL-SUL DE LULA: O BRASIL E O CONFLITO ISRAELO-PALESTINO

THE BRAZILIAN FOREIGN POLICY AND THE SOUTH-SOUTH COOPERATION OF LULA: BRAZIL AND THE ISRAELI-PALESTINIAN CONFLICT

Yasmin Mohammed
Mestranda em Estudos Estratégicos Internacionais
da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

RESUMO

O objetivo deste artigo é entender a importância, como estratégia diplomática, da aproximação do Brasil com países emergentes enfatizando a atuação do Brasil quanto ao conflito israelo-palestino durante o mandato de Luiz Inácio Lula da Silva. A cooperação Sul-Sul, engajada ao período de governo de Lula, determinou novos rumos para a diplomacia brasileira, chegando ao Oriente Médio. Com esse intuito, faz-se uma análise sobre a importância do Brasil em relação à arbitrariedade do conflito israelo-palestino atualmente. Da mesma forma, utiliza-se referencial bibliográfico sobre a política externa brasileira do Governo Lula buscando-se avaliar sua aproximação com os países emergentes e, principalmente, a escolha do multilateralismo como estratégia de inserção internacional.

Palavras-chave: Política externa, multilateralismo, Brasil, Palestina, Israel.

ABSTRACT

The aim of this article is to understand the importance, as a diplomatic strategy, of the rapprochement between Brazil and emerging countries emphasizing the role of Brazil as the Israeli-Palestinian conflict during the mandate of Luiz Inácio Lula da Silva. The South-South cooperation engaged to the period of Lula's government determined new directions for Brazilian diplomacy, reaching the Middle East. With this purpose, an analysis is made on the importance of Brazil in relation to the arbitrariness of the current Israeli-Palestinian conflict. Likewise, bibliographic references on the Brazilian foreign policy of Lula`s administration are used to evaluate its approximation to the emerging countries, and especially the choice of multilateralism as a strategy of international insertion.

Keywords: Foreign policy, multilateralism, Brazil, Palestine, Israel.

INTRODUÇÃO

Na última década, a cooperação sul-sul tem ganhado crescente relevância na agenda de política externa brasileira. Cabe destacar, que desde o pós-Guerra Fria, o país configura iniciativas de cooperação em ações externas, que receberam ênfase no governo Lula através do aprofundamento da diplomacia presidencial direcionadas para maior participação e prestígio em organismos internacionais e ao fortalecimento de laços com os países em desenvolvimento. A nova conjuntura internacional apresentada no pós-11 de setembro propiciou à diplomacia brasileira novos redirecionamentos para a inserção internacional. Nesse contexto, o governo Lula atribuiu maior relevância a alianças sul-sul e acordos com parceiros estratégicos na tentativa de reduzir a assimetria nas relações com países mais poderosos, aprimorando a capacidade de negociação brasileira.

Oficialmente a Agência Brasileira de Cooperação Técnica (ABC) define a cooperação sul-sul como uma cooperação técnica entre países em desenvolvimento, promovendo parcerias para o desenvolvimento. Desde a década de 1970, o país se inseriu no marco de cooperação horizontal ou sul-sul posicionando-se como prestador técnico para diversos países em desenvolvimento, o que se fortaleceu dada a conjuntura vigente durante o governo Lula ampliando o seu impacto na formulação da política exterior brasileira. Conforme a ABC (2015) descreve o processo histórico de criação da cooperação sul-sul:

> ... Havendo sido a ABC criada eminentemente para atuar como eixo da cooperação Sul-Sul brasileira, a estrutura operacional da Agência e a composição de seu quadro de recursos humanos e de sistemas gerenciais foi progressivamente sendo estruturado pari-passu ao expressivo crescimento dos programas de cooperação horizontal do Brasil, que se ampliaram geometricamente em termos de países parceiros atendidos, projetos implementados e em recursos efetivamente desembolsados. Atualmente, a cooperação Sul-Sul do Brasil está presente em todos os continentes, seja por meio de programas e projetos bilaterais, ou via parcerias triangulares com governos estrangeiros e organismos internacionais.

Segundo Lechini (2009), a cooperação sul-sul é definida como uma cooperação essencialmente política com o uso de relações bilaterais e/ou a formação de coligações visando obter maior poder de negociação no cenário, ou seja, proporcionaria maior margem de manobra aos países do Sul em relação aos do Norte. Além dessa interpretação, há também uma visão mais restrita do paradigma de cooperação sul-sul, que se vincula às dimensões técnica e econômica, conforme analisado pelo Informe Ibero-Americano (2008), o que dá resultados imediatos. Como exemplo, as Cooperações Trilateral e Sul-Sul como mecanismos de promoção de desenvolvimento conjunto entre nações emergentes. Nesse sentido, o Sistema ONU no Brasil, em colaboração com o governo brasilei-

ro, já auxiliou países como Etiópia, Angola, Moçambique, Mali e Equador em questões como saneamento básico, igualdade de gênero, produção agrícola e saúde reprodutiva. Assim, a cooperação sul-sul utilizada como instrumento de política externa brasileira permite destacar, conforme o processo de cooperação obtido durante o Governo Lula, que houve o ato de expandir a lógica de solidariedade perante a comunidade internacional, sem se desvincular a busca dos objetivos tradicionais da política externa brasileira.

A partir da administração Lula (2003-2010) houve o fortalecimento da corrente autonomista do Itamaraty. Vale destacar que desde os anos 80 a inserção estratégica internacional do país passou por três abordagens de autonomia: a "autonomia pela distância", a autonomia pela participação" e a "autonomia pela diversificação", sendo esta última protagonizada pela administração de Lula.

Vigevani e Cepaluni (2007) argumentam que a política externa brasileira no período de Lula não apresentou ruptura significativa com paradigmas históricos, pois algumas das diretrizes foram mantidas desde o governo de Fernando Henrique Cardoso, além de reforçá-las. No entanto, mudanças e ajuste de programas foram feitas em relação às parcerias internacionais acarretando diversificação na inserção internacional do país. Assim os autores afirmam que as mudanças se enquadram na ideia de ajuste de programa, pois as metas de política externa não foram alteradas significativamente, prevalecendo a busca pelo desenvolvimento, o interesse coletivo e o crescimento econômico.

Há ainda quem classifica a atuação política do governo Lula como mais assertiva em prol da defesa dos interesses brasileiros no mundo. O contexto sistêmico mais adequado para esse novo padrão de inserção internacional seria o multipolarismo compreendido como um movimento amplo em busca da desconcentração e regulação de novos pólos de poder nas relações internacionais. O conceito "autonomia pela assertividade" foi resultado do resgate da construção política que está alicerçada no chamado "neodesenvolvimentismo" e no resgate da dívida social brasileira. Além disso, o país aderiu aos princípios e às normas internacionais por meio da formação de alianças estratégicas, a priorização da América do Sul e a preferência pelo eixo Sul-Sul nas relações externas do Brasil. A combinação de fatores atribuídos à política interna, ambiente externo e política externa culminaram em uma diplomacia mais assertiva durante o mandato de Lula (OLIVEIRA, 2014).

A importância conferida ao multilateralismo é uma característica presente ao longo da história da política externa brasileira. Desde o engajamento ativo em relação às instituições pioneiras do multilateralismo, ao final do século XIX, que o Brasil mantém como diretriz a multilateralidade em sua pauta política, embora tenha assumido expressões de intensidade variadas em sua evolução, mais acentuada nos contextos de redefinição das

regras da institucionalidade internacional. As orientações recentes da política externa brasileira atribuídas ao multilateralismo refletiram o objetivo de participar ativamente do processo de elaboração das normas da governança global, projetando também a nova disposição do Brasil a um maior protagonismo internacional. Ao mesmo tempo, continuou sendo uma preferência fundamentada no reconhecimento defensivo das limitações do seu poder individual na hierarquia do sistema internacional.

De acordo com Maior (2004), o governo Lula se comprometeu a realizar progresso econômica e social como metas principais, e que para lográ-las o novo modelo econômico, o Brasil deveria garantir a presença soberana no mundo. Por sua vez, deve-se ressaltar a nova realidade internacional do século XXI, onde se apresenta o multilateralismo num contexto de multipolaridade. Durante a década de 1990, a natureza da ambição multilateral acerca da governança internacional havia consistido, inicialmente, em tentar ancorar os novos regimes e instituições em fundamentos de natureza técnica e jurídica, tendo como caso emblemático a criação da OMC. A expansão desse projeto específico de governança, no entanto, já demonstrara ter fracassado antes do final da década de 1990. No entanto, na gestão Lula em função da natureza dos novos desafios colocados pelas transformações globais e da retomada das discussões sobre os parâmetros de legitimidade internacional, há uma tentativa do Brasil visando aumentar o seu peso nos órgãos internacionais tradicionais, como ONU, OMC e FMI, buscando modificar as estruturas que consolidaram hierarquias no sistema internacional (MURPHY, 1994 *apud* MAIOR, 2004).

O multilateralismo, a defesa da normatização da ordem internacional e o uso do *soft power* são os alicerces da diplomacia brasileira. Dessa forma, o multilateralismo pode ser destacado a partir da formação de alianças com países que tenham interesses comuns, como no caso dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), da UNASUL (União de Nações Sul-Americanas), e na crença em instituições de âmbito global para regular a ordem internacional, como a atividade brasileira na ONU (Organização das Nações Unidas) – especialmente, o Conselho de Segurança – e na OMC (Organização Mundial de Comércio). A participação brasileira na formação de novas alianças regionais não retira o grau de importância de organizações globais como a ONU para a diplomacia brasileira, pelo contrário, o Brasil segue tendo participação ativa nas atividades e votações que ocorrem na ONU, e persegue o intuito de reforma e a democratização das instituições. Para isso, faz-se uso de alianças conjuntas com países que tem o mesmo intuito, como forma de pressão a fim de obter mudanças.

Nesse contexto, no que tange ao conflito israelo-palestino, a ação da diplomacia brasileira com a formação de uma ordem mundial multipolar é determinante para o avanço das negociações. A emergência de novas potências no mundo, mostra que somente a ação dos Estados Unidos não tem tido êxito, devendo-se incluir diretamente novos atores globais nas negociações de paz, visto que a questão palestina não é apenas uma questão regional, mas também internacional.

O presente trabalho procurará responder a seguinte questão: a relevância da escolha do multilateralismo como inserção estratégica internacional para o Brasil e como essa escolha vincula-se à diplomacia ativa, com o foco sobre o uso do *soft power* diplomático em relação ao conflito israelo-palestino durante o Governo Lula. Para tanto, o presente estudo foi dividido em três seções. Além desta introdução, a segunda parte avaliará a cooperação Sul-Sul atrelada ao reordenamento de poderes no sistema internacional, principalmente após a crise de 2008, quando ocorreu a articulação do G20 na OMC, a criação do Fórum IBAS, e uma maior aproximação com a África e com os países árabes, que determinaram a política externa do período Lula. Em seguida, na terceira seção será analisado o *soft power* diplomático, especificamente, no caso do conflito israelo-palestino, onde o Brasil passou a ser visto como "ator global" e não apenas uma "potência média". Por fim, na quarta parte, as considerações finais com base na importância da diplomacia ativa e altiva, e na premissa do protagonismo brasileiro em órgãos multilaterais e na resolução de conflitos internacionais.

BRASIL E A COOPERAÇÃO SUL-SUL DE LULA NO PLANO MULTILATERAL

A política externa brasileira (PEB) durante o governo Lula é determinada pela contestação ao ordenamento internacional, sendo reflexo das mudanças ocorridas na diplomacia brasileira após a Guerra Fria. Com a dissolução da União Soviética, a ordem internacional tornou-se mais complexa, eliminando um dos polos de poder. Com efeito, o mundo pós-Guerra Fria mostrou a vitória do modelo norte-americano, mas não isento de perdas. O mundo da década de 1990 mostrou-se menos propenso a aceitar uma hegemonia uníssona, muito embora tenha se tornado uma ordem unipolar centrada nos EUA; uma ordem em transição. À instável e anômala ordem unipolar paulatinamente agregou-se um modelo de governança global, com crescente ênfase no multilateralismo e papel mais proeminente de Estados em desenvolvimento, organizações internacionais, empresas transnacionais, organizações não-governamentais, sociedade civil transnacional e até mesmo a transnacionalização das burocracias estatais, tornando-se, assim, um complexo de rede (IKENBERRY, 2011).

O efeito desse modelo foi, em certa medida, contrabalançar o poder central e tentar transformar as relações internacionais em uma ordem mais democrática - minando gradualmente as assimetrias de poder -, enfim, implementando um modelo de governança simétrica. No caso brasileiro, buscou-se a diversificação dos parceiros comerciais e um maior direcionamento da política externa para a América Latina e o eixo sul-sul. Nesse sentido, na governança de Lula evitou-se o antigo posicionamento que o Brasil mantinha como demandante e passou-se a ter uma postura mais proativa e responsável no cenário internacional. Abreu (2007) exemplifica as ações brasileiras no âmbito multilateral, como o caso do G-20 na OMC, onde o Brasil teve papel crucial na liderança da coalizão de países em desenvolvimento que, em 2003, se opuseram à tentativa dos Estados Unidos e da União Europeia de bloquear as negociações sobre a liberalização agrícola na Rodada Doha[1]. A criação do G-20 imprimiu novas dinâmicas ao formato negociador da OMC, até a paralisação da rodada, em 2008. O Brasil foi inserido entre os países que concentraram as negociações decisivas, junto com Estados Unidos, União Europeia, China e Índia, contribuindo com o processo de maneira muita distinta com relação às estratégias meramente defensivas do passado. Contudo, as expectativas de que a cooperação Sul-Sul pudesse fundamentar outros experimentos de coordenação de posições em negociações multilaterais não se concretizaram.

O Estado logístico é uma definição de Amado Cervo para caracterizar a PEB que começa a emergir após a democratização, mas que se consolidaria a partir de 2003. Para o autor, durante a década de 1990, o Brasil teve um comportamento de política externa híbrido, com a coexistência de três tipos de paradigmas, o Estado desenvolvimentista, o Estado normal e o Estado logístico (CERVO, 2002). O Estado logístico, consolidado no governo Lula, tem por objetivo o fortalecimento da nação, uma vez que este passa a responsabilidade do papel de empreendedor à sociedade, ampara as operações externas e auxilia a inserção no sistema internacional, visando sempre o desenvolvimento nacional e a maximização das oportunidades oferecidas no cenário internacional. Ademais, esse paradigma procura atenuar a dependência tecnológica e financeira, promovendo a inovação produtiva, com o propósito de restringir a vulnerabilidade internacional. Nas palavras de Cervo, “a ideologia subjacente ao paradigma do Estado logístico associa o elemento externo, o liberalismo, a outro interno, o desenvolvimentismo brasileiro. Funda-se a doutrina clássica do capitalismo com o estruturalismo latino-americano. ” (CERVO, 2003. p.21).

[1] A rodada Doha ou ronda de Doha (abreviaturas de «ciclo de negociações multilaterais de Doha») são negociações da Organização Mundial do Comércio que visam diminuir as barreiras comerciais em todo o mundo, com foco no livre comércio para os países em desenvolvimento. As conversações centram-se na separação entre os países ricos, desenvolvidos, e os maiores países em desenvolvimento (representados pelo G20). Os subsídios agrícolas são o principal tema de controvérsia nas negociações.

O Brasil definiu explicitamente que sua área de projeção seria a América Latina – em especial a América do Sul – e a África – em especial a Subsaariana, com ênfase no Atlântico Sul e países de língua portuguesa e estabeleceu alianças diversas amplamente ancoradas em seu *soft power,* desde que pudesse angariar excedentes político-diplomáticos e econômico-comerciais, em um claro exercício de "geometria variável" (VISENTINI, 2010). São exemplos o surgimento da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN); fóruns de articulação diversos como as Cúpulas América do Sul – África (ASA), América do Sul – Países Árabes (ASPA), América Latina e Caribe (CELAC); grupos de concertação como IBAS (Brasil, Índia e África do Sul) que juntaram-se em uma parceria estratégica em torno de três interesses comuns: o compromisso com a democracia, a luta contra a pobreza e a favor do desenvolvimento e o fortalecimento de regras e instituições multilaterais que sejam menos assimétricas (daí a concertação do G3 pela reforma da Organização das Nações Unidas e, em especial, do seu Conselho de Segurança) e mais favoráveis aos países periféricos , o BRICS, e o G20 financeiro, que ganhou força e relevância após a crise econômica de 2008, redimensionando o papel das potências emergentes nas discussões sobre a economia global. Ao lado de países do Sul, o Brasil também vem atuando como interlocutor fundamental no regime de mudanças climáticas, através do BASIC (Brasil, África do Sul, Índia e China), e foi um dos articuladores do G20[2], grupo de países que defende os interesses dos países em desenvolvimento na Rodada Doha.

Conforme o chanceler Celso Amorim (2008) descreveu durante a ocasião da Reunião dos Ministros das Relações Exteriores da Cúpula da América do Sul-Países Árabes, afirmando que o Brasil deveria intensificar a aproximação com o eixo sul, especialmente árabes, africanos e a China, tornando a política exterior do Brasil a ter dimensão global, com objetivos bilaterais e multilaterais, mas sem prejuízos das relações com os países do Norte. Desse modo, visou-se à constituição de um mundo multipolar, em que o país promove a política exterior voltada para a democratização das relações internacionais.

> Para mim é uma grande alegria estar aqui, neste momento, por muitos motivos. Primeiro, porque é oportunidade para ver, ou rever, tantos rostos amigos, tantas pessoas a quem eu visitei nos seus países ou que me deram a honra de visitar o Brasil. Em segundo lugar, porque essa reunião de Chanceleres marca, a meu ver, uma consolidação definitiva de uma iniciativa tão cara ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que é essa aproximação entre países árabes e a América do Sul. Como se recordarão, há cerca de quatro anos, o Presidente Lula lançou essa ideia depois de uma viagem que fez a alguns países árabes - e nela nos empenhamos profundamente.

[2] G20 Comercial ou Grupo dos 20 é um grupo de países emergentes criado em 20 de agosto de 2003, em Genebra, Suíça, na reunião preparatória a Conferência Ministerial da OMC, em Cancún, México, em setembro do mesmo ano, focado principalmente na agricultura.

> Alguns dos Ministros ou Vice-Ministros que estão aqui se recordarão, talvez até com certo enfado, do número de vezes que foram visitados por mim ou por emissários brasileiros com o objetivo de consolidar ou de lançar essa iniciativa. Em terceiro lugar, porque esta também é uma reunião de países que têm grande afinidade. Afinidade na defesa do pluralismo, da multiplicidade de culturas, de diálogos, de religiões - algo que pude testemunhar em vários dos países árabes que visitei. Essa afinidade tem também suas raízes no convívio histórico entre civilizações, efetivamente[3].

O uso do multilateralismo é a principal ferramenta da PEB do governo Lula para alcançar a nova ordem internacional com maior igualdade, bem como das demais potências médias ou intermediárias[4] como é o caso dos países do agrupamento BRICS que se embasa na "transição de uma visão pluralista tradicional da sociedade internacional em direção a uma visão caracterizada por maior solidarismo" (HURRELL, 2006:4). Segundo o autor Keohane (1969), as potências médias são *system-affecting state.* Isto é, Estados que não conseguem influenciar os rumos do ordenamento mundial em termos individuais, mas que conseguem influenciar o sistema internacional por meio de alianças e articulações coletivas nos âmbitos regional e global. Consequentemente, uma potência média pode ser redefinida como "um Estado cujos líderes consideram que eles não podem agir sozinhos de forma efetiva, mas que talvez consigam provocar um impacto sistêmico por meio de um pequeno grupo ou instituição internacional" (KEOHANE, 1969:296).

Assim, a autora Lima (2005: 35-36) afirma que:

> A presença mais afirmativa do Brasil não seria portanto fruto apenas do voluntarismo a informar a política externa de um governo de centro-esquerda, mas reflete uma certa avaliação da conjuntura mundial, que assume a existência de brechas para uma potência média como o Brasil, que, por via de uma diplomacia ativa e consistente, podem ser até ampliadas.

Dessa maneira, vai se moldando, no governo Lula, segundo Cervo e Bueno (2008), o conceito de *multilateralismo da reciprocidade*, que deveria ser aplicado não só à atuação brasileira no comércio internacional como na OMC, mas também em outras áreas, como

[3] Ministério das Relações Exteriores. Discurso do Ministro Celso Amorim por ocasião da Reunião de Ministros das Relações Exteriores da Cúpula América do Sul-Países Árabes – Buenos Aires, 20 de fevereiro de 2008. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=7966:discurso-do-ministro-das-relacoes-exteriores-embaixador-celso-amorim-por-ocasiao-da-reuniao-de--ministros-das-relacoes-exteriores-da-cupula-america-do-sul-paises-arabes-buenos-aires-argentina-20--02-2008&catid=194&lang=pt-BR&Itemid=454 >. Acesso em: 10 mar.2015.

[4] Existem variados conceitos de potência média na literatura de Relações Internacionais e há discordância não só quanto à terminologia a ser aplicada à categoria de países intermediários no sistema internacional, mas também quanto ao conteúdo da conceitualização. Nesse artigo, é adotado o conceito de potência média segundo o autor Keohane que classifica as potências em grandes (system-determinig states), secundárias (system-influencing states), médias (system-affecting states) e pequenas (system-ineffectual states). Consoante o autor, no final da década de 1960, os Estados Unidos e União Soviética seriam grandes potências; Reino Unido, França, Alemanha Ocidental, Japão, China Comunista, e talvez a Índia, seriam potências secundárias; Canadá, Suécia, Paquistão, Brasil e Argentina seriam potências médias. Ver KEOHANE, 1969: 296

segurança, questões ambientais, saúde e direitos humanos. Segundo esse conceito, a reciprocidade se estabelece quando as regras do ordenamento multilateral beneficiam todas as nações e não a apenas algumas.

O engajamento da diplomacia brasileira em utilizar o multilateralismo da reciprocidade como meio de pressionar os organismos internacionais a não favorecerem os países mais ricos não obteve êxito por completo. Isso pode ser avaliado devido à falta de consenso entre os países do Norte e Sul em questões que envolvem o reordenamento internacional, como na OMC a problemática dos subsídios agrícolas que impedem o avanço das negociações comerciais, a reforma da ONU e do Conselho de Segurança, os avanços do Protocolo de Quioto que interfere diretamente no futuro ambiental global, o que impediu de avançar a busca pelo desenvolvimento sustentável internacional, além de outros fatores. No entanto, a internacionalização da economia brasileira foi intensificada durante o período Lula, sendo o Brasil um dos países emergentes com maior fluxo de investimentos direto no exterior. O autor Rocha (2014) atribuiu o forte crescimento econômico na gestão de Lula à participação do Estado junto à iniciativa privada, o que contribuiu para a formação de empresas internacionais brasileiras.

A internacionalização produtiva de grupos econômicos nacionais durante a gestão Lula fez parte das diretrizes da política industrial do governo federal, operada, entre outras agências, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), principal banco estatal de fomento ao setor privado no Brasil. Tratou-se de uma política pública estruturada, concebida no domínio da estratégia governamental de desenvolvimento produtivo do país, resultando em casos de expansão do investimento direto brasileiro no exterior induzidos pelo poder público (ROCHA, 2014: 5).

As ações de projeção econômica-comercial que caminham na esteira da cooperação sul-sul salientam o interesse brasileiro em projetar-se internacionalmente através de um ganho de excedente de poder. A forma como é feita a cooperação Sul-Sul no início do novo século é baseada em novas bases, centrada nos interesses nacionais e seus protagonistas, principalmente dos empresários da expansão do capitalismo brasileiro e dos agentes de diplomacia. Desse modo, o Estado logístico encaixa-se perfeitamente no novo modelo de inserção de potências médias no sistema internacional contemporâneo.

SOFT POWER, DIPLOMACIA ATIVA DE LULA, RESOLUÇÃO DE CONFLITOS INTERNACIONAIS: O CASO ISRAELO-PALESTINO

A gestão da política externa brasileira durante o governo Lula determinou uma nova abordagem para a diplomacia brasileira que pode ser chamada de "altiva ou ativa". Com o objetivo principal de aumentar a inserção internacional do Brasil e o desenvolvimento do país, os diplomatas utilizam a ferramenta de *soft power* diplomático para alcançar as principais metas logradas pelo governo.

A valorização ao acumulado histórico da diplomacia brasileira e ao seu profissionalismo na defesa dos interesses do país, fez com que a governança de Lula inovasse, dando seguimento à diplomacia presidencial iniciada por Fernando Henrique Cardoso e a tentativa de alçar o Brasil ao status de potência mundial. Conforme a autora Lima (2010:14) caracterizou a política externa de Lula:

> Do passado, a política externa conservou a defesa do multilateralismo universal e da autonomia da política externa, resignificada na atual gestão, a partir da ambição de implementar uma agenda internacional própria na política internacional, independente das preferências das potências.

A diplomacia multilateral, forma mais utilizada e aprimorada pela política externa brasileira, demonstrou efetividade em alguns aspectos determinantes para o Brasil ampliar sua agenda global. No aspecto econômico a configuração do Banco do BRICS para fazer frente ao Fundo Monetário Internacional, financiando países em desenvolvimento a taxa de juros mais baixas é um dos pontos a ressaltar como êxito da política multilateral. No caso do grupo BRICS, sua institucionalização desde 2006 constituiu simultaneamente ao reflexo e reafirmação da multipolaridade no sistema internacional contemporâneo, bem como do papel que as potências emergentes pretenderiam exercer, sendo assim, a importância central para o Brasil como foro para a politização da agenda global e o compartilhamento de objetivos em alguma medida revisionistas quanto ao ordenamento do sistema internacional criando uma perspectiva política global alternativa à das potências ocidentais tradicionais. Por sua vez, o IBAS apresentou maiores possibilidades à diplomacia brasileira para barganhar a ampliação do Conselho de Segurança da ONU, pois há maior convergência de interesses entre os componentes do IBAS, visto que a Rússia e China, membros do BRICS, respectivamente já possuem os assentos permanentes na ONU.

Logo, a alternativa mais viável para alcançar um status mais elevado internacionalmente foi o de fazer uso do *soft power*. De acordo com Nye (2004), há três fontes básicas de recursos de poder para um país: a cultura, os valores e as instituições e políticas do país. Dessa forma, *o soft power* corresponde à habilidade de conseguir o que se almeja

por meio da atração em vez da coerção, ou seja, uma força de atração intangível que nos convence a compartilhar com valores dos outros no momento de decidir, sem que haja uma ameaça coercitiva ou econômica explícita (NYE, 1991). Além disso, Nye (2008) afirma que o ajuste da política externa é a forma mais rápida de fortalecer o *soft power.* O Brasil, junto com China e Índia, são citados por Nye como países emergentes com potencial de disseminar seu *soft power* nesta era da informação global (NYE, 2004: 30).

Segundo Moon (1995), a legitimidade dos estados periféricos é tida pela busca da autoridade interna por meio da política externa. O acúmulo de capital, legitimidade de estado, estabilidade social e manutenção do governo são exemplos de como a política externa pode ser utilizada para atingir objetivos domésticos.

Tal política externa é vista como legítima e com forte apelo ideológico, como ocorreu com o pan-africanismo, o apoio à causa Palestina e a oposição ao colonialismo e ao regime segregacionista sul-africano conhecido como apartheid (MOON, 1995: 94). Em relação ao Brasil, a política externa é usada como o principal meio para promover o desenvolvimento do país, não só pelo avanço significativo do comércio internacional, mas como tentativa de participar do processo decisório de formação da agenda diplomática, seja no Fórum Econômico Mundial de Davos, na Suíça, ou com a vaga permanente no Conselho de Segurança da ONU.

De acordo com Fonseca Júnior (2007), o governo Lula realizou inovações na atuação externa, participando ativamente das discussões sobre temas globais, conferiu prioridade máxima aos países em subdesenvolvimento. Além disso, mudou-se a ênfase e o conteúdo da política externa brasileira com base numa nova leitura do papel internacional do Brasil no pós-Guerra Fria. A ação diplomática do Brasil é essencial para que a consolidação dos regimes seja representativa dos interesses não só dos Estados do Norte, mas também dos Estados do Sul.

Percebe-se no discurso da tomada de posse de Lula que há o aumento do interesse de diversas camadas da sociedade na política externa do país:

> "Mudança": esta é a palavra-chave, esta foi a grande mensagem da sociedade brasileira nas eleições de outubro (...) chegou a hora de transformar o Brasil naquela nação com a qual a gente sempre sonhou: uma nação soberana, digna, consciente da própria importância no cenário internacional e, ao mesmo tempo, capaz de abrigar, acolher e tratar com justiça todos os seus filhos. (...) No meu Governo, a ação diplomática do Brasil estará orientada por uma perspectiva humanista e será, antes de tudo, um instrumento do desenvolvimento nacional. Por meio do comércio exterior, da capacitação de tecnologias avançadas, e da busca de investimentos produtivos, o relacionamento externo do Brasil deverá contribuir para a melhoria das condições de vida da mulher e do homem brasileiros, elevando os níveis de renda e gerando empregos dignos[5].

[5] Discursos transcritos em MRE, Resenha de política exterior do Brasil, nº 92, 1º semestre de 2003: 13-25.

Como o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, definiu, a diplomacia de Lula é "ativa e altiva" (ALMEIDA, 2004). A maior parte das novas iniciativas se situa na vertente das negociações comerciais e na busca de uma ativa coordenação política com atores relevantes da política mundial, geralmente parceiros independentes no mundo em desenvolvimento, como Índia, China e África do Sul.

Nesse contexto, o estudo de caso nesse artigo é a relação de como a diplomacia ativa do Governo Lula proporcionou a tentativa de ser um possível mediador para a solução do conflito israelo-palestino, assim, alcançando o nível de ator global em resoluções de conflitos internacionais, bem como estabelecendo maior inserção do Brasil no Oriente Médio, região essa importante economicamente e que serviu para a manobra brasileira durante a crise econômica internacional de 2008, onde o Brasil aumenta seu volume de exportações para os países árabes.

O desejo de Lula de se envolver na política internacional do Oriente Médio, especificamente desempenhar um papel relevante no processo de paz entre Israel e a Palestina é raramente mencionado como uma característica distinta do protagonismo de uma nova diplomacia ativa. Sob a governança de Lula, o Brasil procurou desenvolver fortes laços com o Oriente Médio, tendo realizado visitas frequentes na região. Ele foi o primeiro líder sul-americano a participar com o status de observador na Cúpula da Liga Árabe (2005)[6], em convite realizado pelo Presidente da Argélia Abdelaziz Bouteflika. Ademais Lula fez visitas oficiais à Síria, Líbano, Emirados Árabes Unidos, Egito, Arábia Saudita, Jordânia, Irã, Palestina e Israel. Por sua vez, o presidente sírio Bashar al-Assad e o presidente iraniano Mahmoud Ahmadinejad visitaram o Brasil. Até o final de seu mandato, o comércio entre Brasil e o mundo árabe tinha triplicado. Dessa forma, esses episódios foram marcantes na história política das Relações Brasil-Oriente Médio. É evidente a importância dada por Lula ao Mundo Árabe, conforme o discurso realizado pelo Embaixador Celso Amorim por ocasião da reunião da Cúpula Árabe:

> Em nome do Presidente Lula e em meu próprio, agradeço o Presidente Abdelaziz Bouteflika pelo convite para me dirigir aos Chefes de Estado e de Governo da Liga Árabe. Trata-se, sem dúvida, de grande honra estar hoje aqui. Esta é a primeira vez que um Ministro brasileiro é convidado a participar de uma Cúpula Árabe. Ao longo dos séculos, a contribuição do mundo árabe para a cultura, a arte, a filosofia e a ciência tem sido imensa. Tal contribuição desempenhou papel vital no desenvolvimento da nossa civilização global. No caso do Brasil e da América do Sul, essa influência enriquecedora remonta à presença árabe na

[6] A Liga Árabe foi criada em 1945, no Cairo. A organização conta com 22 membros, sendo eles: Arábia Saudita, Argélia, Bareine, Catar, Comores, Djibuti, Egito, Emirados Árabes Unidos, Iêmen, Iraque, Jordânia, Kuaite, Líbano, Líbia, Marrocos, Mauritânia, Palestina, Síria (suspenso), Omã, Somália, Sudão e Tunísia. Já o Oriente Médio possui um total de 13 países: Arábia Saudita, Bahrein, Catar, Kuaite, Emirados Árabes Unidos, Iêmen, Iraque, Irã, Israel, Jordânia, Líbano, Omã e Síria.

> Península Ibérica. A presença árabe também floresceu na América do Sul com o influxo de imigrantes. Somente no Brasil, há mais de dez milhões de pessoas de ascendência árabe, a maior comunidade fora do mundo árabe. Estes laços profundos não se têm traduzido em relação igualmente intensa entre os países árabes e sul-americanos. Por esta razão, o Presidente Lula decidiu lançar iniciativa sem precedente envolvendo as nossas duas regiões. O Presidente Lula pediu-me que frisasse a grande importância por ele atribuída à participação de todos os líderes árabes na Cúpula de Brasília, em maio próximo, a ser co-presidida pelo Presidente Bouteflika. É importante assinalar que a Cúpula terá lugar na América do Sul, em um momento em que a integração encontra-se muito acelerada. Em dezembro passado, os Presidentes da América do Sul reuniram-se em Cuzco, Peru, onde lançaram oficialmente a Comunidade Sul-Americana de Nações. Eles se reunirão novamente em agosto próximo, no Brasil, para decidir sobre os aspectos institucionais da Comunidade. É extremamente significativo que a Cúpula com a Liga Árabe será o primeiro evento do gênero envolvendo a recém-criada Comunidade e outra região[7].

A criação da Cúpula Árabe-Sul Americana (ASPA) foi um dos maiores protagonismos da diplomacia brasileira para com os países árabes. A ASPA é um mecanismo de cooperação sul-sul e de coordenação política em foros multilaterais. Com o objetivo de abordar assuntos políticos, econômicos, culturais e ambientais, assim como a cooperação no âmbito técnico-científico. Nas palavras de Lula (2004) sobre a criação da ASPA: "A cúpula terá como objetivo a criação de um novo mundo no qual os países do Terceiro Mundo tenham um novo papel a desempenhar, além de conseguir uma integração econômica com o mundo árabe"[8]. No que concerne à essa cooperação foram também designados dois "Coordenadores Regionais", aos quais compete assegurar o funcionamento do mecanismo, incluindo a realização das Cúpulas birregionais de três em três anos, de reuniões regulares dos Conselhos de Chanceleres e de Altos Funcionários e a implementação dos calendários de atividades dos Comitês Setoriais. Pelo lado árabe, a função de coordenação regional vem sendo desempenhada pelo Secretariado Geral da Liga dos Estados Árabes (LEA), atual Embaixador Amre Moussa. Na América do Sul, por decisão consensual dos Países da região, esse papel é desempenhado pelo Brasil e será futuramente transferido à UNASUL. A IV Cúpula ASPA de Chefes de Estado e de Governo está prevista para novembro de 2015, em Riade, Arábia Saudita, num contexto geopolítico regional de conflitos no Oriente Médio (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2015).

[7] Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, por ocasião da Reunião de Cúpula da Liga Árabe. Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_tags&view=tag&id=281--liga-dos-estados-arabes-lea&lang=pt-BR . Acesso: 03 set. 2015.

[8] Ministério de Relações Exteriores, 2015. Cúpula América do Sul-Países Árabes (ASPA). Disponível em:< http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_tags&view=tag&id=308-aspa-america-do-sul-paises--arabes&lang=pt-BR >. Acesso em: 20 de mar. 2015.

O Brasil possui um histórico de confiança sobre o papel de mediação na diplomacia multilateral. Nesse contexto, estendeu essa conduta de mediador a questões de segurança internacional, como pode ser analisado pelos painéis os quais o Brasil participou como mediador no Conselho de Segurança da ONU, apesar de ser membro eletivo no conselho[9].

Lula aumentou significativamente a visibilidade do Brasil quanto ao conflito israelo-palestiniano, apresentando-se como um potencial mediador para ajudar a resolver o conflito. Ademais, o Brasil sediou uma série de visitas ministeriais por israelenses e palestinos líderes durante os oito anos de Lula no poder, incluindo a visita do presidente israelense Shimon Peres e do presidente palestino, Mahmoud Abbas. Em março de 2010, Lula tornou-se o primeiro presidente brasileiro a visitar Israel e os territórios palestinos.

O Brasil abriu um escritório de representação em Ramallah, Cisjordânia, e reconheceu a Palestina como um Estado em dezembro de 2010 com as fronteiras de 4 de junho de 1967, anteriores à Guerra dos Seis Dias entre árabes e israelenses. Ao mesmo tempo, Lula intensificou as relações do Brasil com Israel. Foram criados mecanismos para um diálogo regular sobre questões bilaterais. Um acordo sobre uma maior cooperação no setor de segurança foi atingido, permitindo assim que os empreiteiros de defesa israelitas garantissem um relevante número de negócios lucrativos. O Brasil também promoveu a ideia de um acordo de livre comércio entre Israel e o Mercosul, o primeiro de seu tipo entre o Mercosul e um país extra-regional, sendo este negociado com sucesso. Posteriormente, foi fechado um acordo de livre comércio entre a Palestina e o Mercosul em 2011.

Segundo Amorim (2011), o Brasil permaneceu atrasado por um longo tempo para fortalecer as relações com o Oriente Médio:

> O aprofundamento das relações entre o Brasil e os países do Oriente Médio estava muito atrasada. É de estranhar-se, que o presidente Lula foi o primeiro chefe de estado brasileiro de sempre a visitar o Oriente Médio oficialmente. (Antes dele, o Imperador Dom Pedro II fez uma viagem a partes do Império Otomano no final do século XIX, mas a sua foi uma expedição cultural e religiosa para a iluminação pessoal.) Durante seus oito anos no cargo, o presidente Lula foi para a Síria, o Líbano, dos Emirados Árabes Unidos, Egito, Argélia, Qatar (duas vezes, uma das quais era para participar da segunda Cúpula Árabe-Sul-Americana), Líbia (também duas vezes, incluindo uma vez como convidado especial da cúpula da

[9] Segundo o estudo realizado por Eduardo Uziel (2012), o Brasil contribui fortemente para a segurança internacional e a manutenção da paz. O autor definiu no estudo quatro situações específicas para analisar a atuação brasileira, as diversas resoluções sobre Haiti, em 1994; a Resolução 1593 (2005), sobre Sudão e Tribunal Penal Internacional; a Resolução 1646 (2005) sobre a Comissão de Construção da Paz; e a Resolução 1929 (2010) sobre o programa nuclear iraniano, e conclui que apesar dos 5 membros permanentes no CSNU terem suas preferências, não impede que o Brasil explore o máximo de oportunidades abertas para chegar à meta almejada, visando a cooperação e o fortalecimento do Conselho de Segurança. Disponível em: http://politicaexterna.com.br/672/voto-brasil-condicao-membro-eletivo-conselho-seguranca-nacoes-unidas/. Acesso em: 10 abr. 2015.

> União Africano), Arábia Saudita, Jordânia, Palestina e Irã. Ele também fez uma visita de Estado a Israel (AMORIM, 2011:50, tradução nossa)[10].

A presença brasileira na Conferência de Annapolis[11] que ocorreu em 2007 e na Conferência de apoio à Economia Palestina para a Reconstrução de Gaza, em Sharm El – Sheikh em 2009 demonstrou a verdadeira importância dada a diplomacia brasileira na região e a credibilidade no Brasil a ser um interlocutor entre ambas partes no conflito, a fim de se chegar a um acordo. O Brasil sempre deixou claro que para haver um acordo ambas as partes deverão ceder esforços. Conforme, Celso Amorim, apontou durante a Conferência de Annapolis, "não haverá paz sem concessões dolorosas de ambos os lados" (AMORIM, 2011: 55). Além do Brasil, nessa Conferência houve a participação da Índia e da África do Sul que em conjunto formam o IBAS, o que mostra que a articulação de novos atores globais por meio da Cooperação Sul-Sul promoveu a formação da multipolaridade no sistema internacional, e que se tem importância a ação de novos atores nas negociações de paz entre palestinos e israelenses (AMORIM, 2011: 53).

A expressão mais visível do engajamento do Brasil quanto à questão palestina tem sido o seu apoio aos refugiados palestinos através do aumento da sua contribuição para a *United Nations Relief and Works Agency* (UNRWA) com o orçamento anual. Em 2010, a contribuição do Brasil para o núcleo da UNWRA ficou em US$ 200.000, o que complementou com uma doação adicional de US$ 500.000 para a reconstrução do campo de refugiados de Nahr el-Bared, no norte do Líbano. No ano seguinte, viu um aumento de cinco vezes no nível de apoio do Brasil, elevando a sua contribuição para um pouco mais de US$ 1 milhão, com foco na entrega da ajuda alimentar e programas educacionais para Gaza. Mais significativamente, comprometeu-se a aumentar a sua contribuição para 2012 em US$ 7,5 milhões, tornando-se assim o maior doador para UNRWA dentre os países do BRICS, superando de longe o apoio da Rússia, Índia, e China, e todos os outros países latino-americanos (UNRWA, 2015)[12]. Ademais, o Brasil torna-se o primeiro país do BRICS e da América Latina a fazer parte do Conselho Consultivo da Agência das

[10] Do original em inglês. The deepening of relations between Brazil and countries of the Middle East was long overdue. It is surprising—if not alarming—that President Lula was the first Brazilian head of state ever to visit the Middle East officially. (Before him, Emperor Dom Pedro II made a trip to parts of the Ottoman Empire in the late nineteenth century, but his was a cultural and religious expedition for personal enlightenment.) During his eight years in office, President Lula went to Syria, Lebanon, the United Arab Emirates, Egypt, Algeria, Qatar (two times, one of which was to attend the second Arab–South American Summit), Libya (also twice, including once as a special guest of the African Union summit), Saudi Arabia, Jordan, Palestine, and Iran. He also made a state visit to Israel.

[11] A Conferência de Annapolis realizada nos Estados Unidos marca a retomada de negociações entre palestinos e israelenses, interrompidas desde 2005, mas evidencia, principalmente, que ainda existem muitas divergências a serem resolvidas para se chegar a um acordo definitivo.

[12] Dados retirados do site oficial UNRWA. Disponível em: www.unrwa.org/etemplate.php?id=1193. Acesso em: 30 mar. 2015.

Nações Unidas de Assistência aos Refugiados Palestinos (UNRWA) com aprovação oficial em 2014, que possui 27 membros e 3 observadores.

Sob a liderança de Dilma, o Brasil tem continuado a sua defesa pública dos direitos aos palestinos. Em seu discurso na abertura das 66ª sessões da ONU, na Assembleia Geral em setembro de 2011, a presidente Dilma Rousseff afirmou vigorosamente que a Palestina precisa ser representada como membro de direito pleno na Organização das Nações Unidas e que a única maneira de Israel alcançar a verdadeira paz e segurança é através da criação de um Estado palestino livre e soberano. No final de outubro de 2011, o Brasil votou a favor da adesão da Palestina na Unesco, e no ano seguinte, em 29 de novembro de 2012, apoiou a resolução em que a Palestina se tornou um Estado não-membro com o estatuto de observador na ONU.

Da mesma forma, Israel obteve ganhos comerciais, aumentando as relações entre Brasil-Israel durante o governo Lula, como nunca havia sido antes. O pragmatismo político utilizado pelas partes tem orientado as relações políticas e econômicas de ambos países. Israel reconhece a importância do Brasil como ator econômico e o seu potencial mercado para suas exportações militares.

A inserção estratégica do Brasil no cenário internacional, com base na análise realizada nesse artigo mostra que a utilização do multilateralismo é a melhor forma de se inserir mundialmente com o uso da diplomacia e o *soft power* para conseguir influenciar as questões globais, aumentando a relevância das potências emergentes para enfrentar e resolver problemas considerados internacionais e, concomitante a isso, conquistar mercados externos, além do principal foco que é o desenvolvimento. Segundo Gelson Fonseca Jr. (2011), o uso do multilateralismo é imprescindível para um país intermediário como o Brasil obter maior poder de barganha em questões de relevância global. Contudo, há a necessidade de analisar os resultados a médio e longo-prazo desse modelo de inserção, identificando, assim, como as potências emergentes vão influenciar a ordem internacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Cooperação Sul-Sul por meio das parcerias multilaterais e a promoção da diplomacia apoiada nos preceitos de solidariedade e do desenvolvimento de uma ordem internacional mais igualitária, são os fatores principais que caracterizaram a política externa do governo Lula. O diálogo sul-sul promovido pelo Brasil é uma estratégia utilizada como meio de consolidar o papel protagônico no âmbito regional e internacional,

posicionando-se como um *global player*.

Nesse sentido, o Brasil desenvolveu as relações com os países latinos, africanos e pela primeira vez na história política nacional, criou fortes laços econômicos e políticos com o Oriente Médio, não mantendo somente no aspecto econômico. A imagem internacional do Brasil como potência média está fundamentada, especialmente, sobre o *soft power* brasileiro exercido em razão de seu poder de persuasão – papel de mediador. Especificamente sobre o contencioso israelo-palestino, o Brasil mantém seus pilares diplomáticos (multilateralismo, a solução pacífica dos conflitos e o princípio da não-intervenção) e a credibilidade de que a diplomacia baseada no *soft power* seja a melhor forma para contribuir para a solução do conflito e a constituição de dois Estados livres e soberanos com a fronteira delimitada após a guerra de 1967. Para isso, deve-se haver a participação de novos atores globais nas negociações de paz.

Quanto a resultados imediatos em relação à questão palestina, houve maior compreensão pela sociedade civil brasileira sobre o conflito, e a promoção de uma diplomacia pública voltada para o assunto, como pôde ser evidenciado com o primeiro Fórum Social Mundial pela Palestina Livre, realizado em 2012, sediado na cidade de Porto Alegre, o que acarretou uma grande repercussão internacional e com a presença de personalidades ilustres de política global das mais diversas partes do mundo. O Brasil reconheceu o Estado da Palestina em 2010, condenando os atos que ferem os direitos humanos em territórios palestinos ocupados. No entanto, o país assinou acordos de cooperação militar-tecnológico com Israel.

Por fim, as demandas de política externa exigem uma visão não a curto-prazo, mas sim a longo-prazo, devido a isso o Brasil peca em seu pleito de inserção internacional, pois há falta de uma sistemática estratégica para elevar a categoria do Brasil a uma futura potência global, começando pelo investimento e financiamento realizado na África durante o governo Lula, e que segue sendo realizado sob a governança de Dilma, mas que obtém oposição por parte de setores políticos aos custos dos investimentos a que envolve a cooperação dos países do Sul. O Brasil possui credibilidade internacional em sua diplomacia, porém sem realizar gastos e ter custos, é impossível avançar para o posicionamento a que o país almeja globalmente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Marcelo de Paiva (2007). **Comércio Exterior – Interesses do Brasil. Rio de Janeiro**: Elsevier.

AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO TÉCNICA (2015). **Histórico de Cooperação**. Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: < http://www.abc.gov.br/SobreABC/Historico>. Acesso em: 10 mar. 2015.

ALMEIDA, Paulo R. (2004). **Uma Política Externa Engajada: a Diplomacia do Governo Lula.** Disponível em << http://www.pralmeida.org/05ocsPRA/1260PextLula.pdf>>. Acesso em: 07 abr. 2015.

AMORIM, Celso (2003). **Discurso proferido por ocasião da Transmissão do Cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores**, Brasília 1 de janeiro. Disponível em:< http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/discursos_detalhe3.asp?ID_DISCURSO=2032 >. Acesso em: 30 mar. 2015.

AMORIM, Celso (2011). Brazil and the Middle East. **The Cairo Review of Global Affairs**, 2: p. 48-63.

CERVO, Amado L. (2002). Relações Internacionais do Brasil: um balanço da era Cardoso. **Revista Brasileira de Política Internacional**, 45 (1): 5-35.

CERVO, Amado L. (2003). Política Exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático. **Revista Brasileira de Política Internacional**. v. 46 n. 2 p. 5-25.

CERVO, Amado L. (2008). **Inserção Internacional: formação de conceitos brasileiros**. São Paulo: Saraiva.

CERVO, A.L.; BUENO, C. (2008). **História da política exterior do Brasil**. 3ª edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

FONSECA, G. (2011). **Notes on the Evolution of Brazilian Multilateral Diplomacy**. *Global Governance,* n. 17.

HURRELL, Andrew. (2006). Hegemony, Liberalism and Global Order: What Space for Would-be Great Powers. **International Affairs**, v. 82, n. 1: 1-19.

IKENBERRY, G. J. (2011). **Liberal Leviathan: The origins, Crisis, and Transformation of the American World Order**. Princeton University Press: Princeton, NJ.

KEOHANE, Robert O. (1969). **Review: Lilliputians' Dilemmas: Small States in International Politics. International Organization**, v. 23, n. 2: 291-310. Disponível em < http://www.jstor.org/pss/2706027> Acesso em: 08 abr. 2015.

LECHINI, Gladys. (2009). La Cooperación Sur-Sur y la búsqueda de autonomía en América Latina: ¿Mito o realidad? **Relaciones Internacionales**, Nº. 12: 55-81. Disponível em: [http://www.relacionesinternacionales.info/ojs/article/view/173.html]. Acesso em: 19 mar. 2015.

LEITE, Patrícia S. (2011). **O Brasil e a operação Sul-Sul em três momentos: os governos Jânio Quadros/João Goulart, Ernesto Geisel e Luiz Inácio Lula da Silva** – Brasília: *Fundação Alexandre de Gusmão*.

LIMA, Maria R. S. de. (2005). A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul *In* **Revista Brasileira de Política Internacional**, janeiro-junho, vol.48, 2005. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, pp. 35-36.

LIMA, Maria R. S. de. (2010). Tradição e Inovação na Política Externa Brasileira. **Plataforma Democrática**, *working paper* nº 3, julho 2010. Disponível em: < http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/11679.pdf>. Acesso em: 10 abr.2015.

MAIOR, Luiz. S. (2004). A crise do multilateralismo econômico e o Brasil. **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol.47, no.2, Brasília, July/Dec. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292004000200006>. Acesso em: 03 set. 2015.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE), (2015). **Cúpula América do Sul-Países Árabes (ASPA)**. Disponível em:< http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_tags&view=tag&id=308-aspa-america-do-sul-paises-arabes&lang=pt-BR >. Acesso em: 20 de mar. 2015.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE), (2003). Discursos transcritos em MRE, **Resenha de política exterior do Brasil**, nº 92, 1º semestre de 2003: 13-25.

MOON, Bruce E. (1995). The State in Foreign and Domestic Policy. In: NEACK, Laura; HEY, Jeanne A.K.; HANEY, Patrick J. (org). **Foreign Policy Analysis – *Continuity and Change in Its Second Generation.* N**ew Jersey: Prentice Hall.

NYE, Joseph S. (1991). **Bound to Lead: The Changing Nature of American Power.** New York: *Basic Books*.

NYE, Joseph S. (2004). **Soft Power – The Means To Success In World Politics. New York***: Public Affairs*.

NYE, Joseph S. (2008). Public Diplomacy and Soft Power. **The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science***:*94-109.

OLIVEIRA, Marcelo F. (2014). A Política Externa Brasileira no Governo Lula (2003-2010): Um Exercício de Autonomia pela Assertividade?. **Estudos de Política** *Externa,* IX Encontro da ABCP. Disponível em: < http://www.encontroabcp2014.cienciapolitica.org.br/resources/anais/14/1403813543_ARQUIVO_APoliticaExternaBrasileiranoGovernoLula.pdf>. Acesso em: 01 set. 2015.

ROCHA, Danilo (2014). Estado, empresariado e variedades de capitalismo no Brasil: política de internacionalização de empresas privadas no governo Lula. **Revista de Sociologia Politica**. vol.22 no.51 Curitiba July/Sept. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010444782014000300005>. Acesso em: 01 set. 2015.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel (2007). A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação, **Contexto internacional,** v. 20, n. 2. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292007000200002>. Acesso em: 30 ago. 2015.

VIZENTINI, Paulo (2010). A dimensão política: o IBAS multilateral, Trilateral e político. IN G-3. **Fórum de Diálogo IBAS**. Juruá.

XALMA, Cristina (2008). Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero América. **Estudos SEGIB**, nº 3. Disponível em: < http://segib.org/documentos/por/sur_sur_web_PT.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2015.